

CONSTRUINDO EPISTEMOLOGIAS DO SUL: CONCEITOS LATINO-AMERICANOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Leticia Diniz Nogueira¹
Raissa Lorena Malcher Sena²

“Pero aquí abajo abajo el hambre disponible recorre el fruto amargo de lo que otros deciden” (Mario Benedetti).

Resumo: Este artigo busca recuperar conceitos de autores latino-americanos que foram esquecidos ou muitas vezes nem sequer abordados para entender as relações internacionais e criar nossas epistemologias do Sul. O artigo está dividido em duas partes: em primeiro lugar, propõe-se a demonstrar a impossibilidade de criar uma teoria universal que possa abarcar e interpretar todas as realidades mundiais; e, em segundo lugar, recuperar conceitos elaborados por autores latino-americanos, pois estes, quando aplicados às relações internacionais, interpretam de forma mais fidedigna nossa realidade. Para complementar o debate sobre a superação da dependência latino-americana, o presente trabalho nasce com o intuito de ajudar a superar também a nossa dependência mental, para que possamos fazer ciência de uma forma mais decolonial e menos subserviente.

Palavras-chave: Conceitos latino-americanos; América Latina; Relações Internacionais; Ciência; Decolonialidade.

CONSTRUYENDO EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: CONCEPTOS LATINOAMERICANOS DE RELACIONES INTERNACIONALES

Resumen: Este artículo busca recuperar conceptos de autores latinoamericanos que han sido olvidados o que a menudo ni siquiera se han abordado para entender las relaciones internacionales y crear nuestras epistemologías del Sur. El artículo se divide en dos partes: en primer lugar, propone demostrar la imposibilidad para crear una teoría universal que pueda abarcar e interpretar todas las realidades del mundo; y, en segundo lugar, recuperar conceptos elaborados por autores latinoamericanos que, cuando se aplican a las relaciones internacionales, interpretan nuestra realidad de una manera más confiable. Para complementar el debate sobre la superación de la dependencia latinoamericana, el presente trabajo nace con la intención de ayudar a superar nuestra dependencia mental, de modo que podamos hacer ciencia de una manera más decolonial y menos servil.

Palabras clave: Conceptos latinoamericanos; América Latina; Relaciones Internacionales; Ciencia; Decolonialidad.

BUILDING EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH: LATIN AMERICAN CONCEPTS OF INTERNATIONAL RELATIONS

Abstract: This article seeks to recover concepts from Latin American authors who have been forgotten or often not even approached to understand international relations and create our southern epistemologies. The article is divided into two parts: firstly, it proposes to demonstrate the impossibility to create a universal theory that can embrace and interpret all world realities; and, secondly, to retrieve concepts elaborated by Latin American authors, as these, when applied to international relations, more faithfully interpret our reality. To complement the debate on overcoming Latin American dependency, the present paper is born to help overcome our mental dependency, so that we can make science more decolonial and less subservient.

Key-words: Latin American concepts; Latin America; International relations; Science; Decoloniality.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: leticia_dn@live.com

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: raissa_sena@outlook.com

Introdução

Sabemos que as teorias do Estado, do Poder e das Relações Internacionais foram elaboradas principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Somente a partir da abordagem da Economia Política Internacional vemos teorias menos coloniais - como é o caso do marxismo aplicado às relações internacionais - bem como debates paradigmáticos alternativos de gênero e pós-modernidade que permitem (re) interpretar e rever conceitos enraizados na política internacional.

O presente artigo nasce para enfatizar conhecimentos que devem ser recuperados, reflexões que devem ser feitas e provocações que devem ser pensadas. Colocamos o seguinte questionamento: o que ganharíamos com conceitos latino-americanos aplicados às relações internacionais? Isto é, teorias realizadas por e para latino-americanos, no sentido de reinterpretar a realidade internacional, a partir de conceitos intrinsecamente nossos.

E apesar de não ter uma grande expressão no âmbito acadêmico, temos renomados autores e autoras que pensaram as relações internacionais e a integração regional latino-americana, antes mesmo de serem consolidadas as teorias que hoje são clássicas na área de estudo.

Por isso, entendemos que é uma área das ciências carregada de conceitos e teorias ocidentais. No entanto, para entender os fenômenos contemporâneos precisamos de novas lentes e os conceitos latino-americanos podem contribuir como referência de análise dos novos cenários das relações internacionais.

Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, abordaremos a validade de teorias que são ditas supostamente como internacionais e que são utilizadas por analistas de relações internacionais para fazer análises de conjuntura. Nesta seção iremos propor escrever nossas epistemologias do Sul para analisar o cenário internacional, fugindo de lógicas

dicotômicas e apostando na ideia de que a diversidade epistemológica do mundo está ainda por ser construída.

Em segundo lugar, iremos expor autores latino-americanos e seus conceitos, para que possamos analisar sua contribuição para a interpretação das relações internacionais. Devemos ressaltar que não iremos exaurir o tema, mas entendemos que é um trabalho essencial que pode servir como o pontapé para o início de pesquisas decoloniais e criativas.

1. *Clinamen* para interpretar a realidade latino-americana

Neste trabalho tomaremos ideias de autores que propuseram pensar a realidade das relações internacionais de forma mais autônoma e decolonial. Para isso, devemos entender, em primeiro lugar, como existe globalmente uma normatização do que é considerado conhecimento científico e não científico. Esta dicotomia nasce com o pensamento moderno que é colocado como algo universal. Isto é, as teorias científicas produzidas no Ocidente são consideradas “legítimas” para explicar os fenômenos universalmente.

Santos (2009, p.70) argumenta que esta cartografia moderna dual nos âmbitos epistemológicos foi construída historicamente a partir da visibilidade de formas de conhecimento ocidentais que está sustentada na base da invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das modalidades institucionais, que atravessa essa linha do pensamento abissal, de um lado a ciência e do outro a filosofia e a teologia. Ao falar em conhecimentos populares estamos referindo-nos aos plebeus, leigos, camponeses ou indígenas, como se estes não fossem conhecimentos, mas sim crenças, opiniões, magias, idolatria, entendimentos intuitivos e subjetivos, que se tornam no máximo objetos de investigações científicas

Sendo assim, existe uma linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos que está assente na linha abissal invisível que separa ciência, filosofia e teologia de outros conhecimentos tornados incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos, nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2009, p.71).

A partir deste pensamento, o autor explica como o lado científico torna a zona colonial por excelência o universo das crenças e que não podem ser considerados como conhecimento, por isso estando além do verdadeiro e do falso. É nesse sentido que Boaventura começa a traçar um caminho de questionamentos sobre a legitimidade do valor social e ético do resultado das

ciências modernas nos territórios colonizados.

Essa zona colonial é explicada pelo autor Aníbal Quijano quando trata da Colonialidade do Poder, no sentido de que a globalização em curso significa a culminação de um processo violento que iniciou-se já na Invasão, denominada como “Conquista” da América Latina, outro processo concomitante foi a constituição do capitalismo/colonial/moderno e eurocentrado (QUIJANO, 2005, p.117). Assim entende-se que a colonialidade ainda está presente em todos os âmbitos, colonizaram e continuam colonizando o ser, o saber e o gênero, por isso a decolonização torna-se um processo tão importante, neste trabalho nosso objetivo é poder contribuir para a decolonização da dimensão do saber nas relações internacionais.

Um dos eixos desse novo padrão mundial de poder é a classificação da população mundial conforme a ideia de raça, esta construção mental evidencia a dominação colonial que permeia todas as dimensões mais relevantes do poder, principalmente sua racionalidade, assim o autor nos explica como se deu esta construção de raça como categoria mental da modernidade:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p.117).

Desta forma, entende-se que a consequência desta dominação e hierarquização social reflete-se na Colonialidade do Saber, como explicamos anteriormente fazendo com que outros saberes sejam considerados não científicos.

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (LANDER, 2005, p.3).

Para Boavantura, este pensamento abissal continuará reproduzindo-se, mesmo que seja excludente, a menos que travemos uma luta contra esta injustiça social global que, para o autor, está associada à injustiça cognitiva. É desse pensamento que nasce a necessidade de construir um pensamento “pós-abissal”. Esse novo pensamento simboliza uma resistência política, mas também epistemológica. Em suas palavras: “O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a

diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída”. (SANTOS, 2009, p.84)

Com base nisso, é necessário primeiro reconhecer que existe um pensamento abissal, para poder agir e pensar além dele. A partir dessa ruptura com as formas de pensamento da modernidade ocidental, teremos um pensamento que pode ser resumido como um aprender com o Sul, isto é, usando a epistemologia do Sul. Posto isso, o autor confronta a monocultura da ciência moderna a partir da construção de uma ecologia de saberes, no sentido de que existe uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico, e que devem ser reconhecidos. Em sua concepção, a diversidade epistemológica do mundo é inesgotável. (SANTOS, 2009, p.85).

Por isso, entendemos que as intervenções no mundo real propiciadas pelas teorias modernas em geral tendem a servir grupos sociais que possuem maior acesso a esse conhecimento, como é o caso das teorias de Relações Internacionais.

Devemos ressaltar aqui duas questões importantes, antes de explicar como essas teorias de Relações Internacionais servem à uma lógica ocidental. A primeira questão é entender que uma teoria é uma visão de mundo racionalmente construída com o objetivo principal de possibilitar um entendimento científico sobre os fenômenos que são pesquisados. Para isso, a teoria apresenta um conjunto de conceitos e uma metodologia para interpretar o mundo. Então, a teoria que se torna o paradigma ou o *mainstream* na área foi elaborada por indivíduos de determinado país, com determinados interesses, quebrando a possibilidade de uma teoria “neutra” proposta pelo positivismo. (BARNABÉ, 2009, p.1).

A segunda questão que levantamos está relacionada à necessidade de agir com criatividade, com *clinamen*, isto é, uma tendência a se afastar da influência dos antecessores ocidentais, um ligeiro desvio. (SANTOS, 2009, p.92). Isso para poder desenraizar-nos das influências das teorias ocidentais de Relações Internacionais e assim poder reduzir esse imperialismo epistemológico ao analisar a realidade internacional.

Na sequência do trabalho, discutiremos de modo sucinto como essas teorias servem ao “Primeiro Mundo” e não são necessariamente convenientes aos países emergentes, pois são subjetivas e explicam fenômenos apenas no ângulo que pensam ser relevantes enquanto descartam o que não merece ser investigado. (CERVO, 2008, p.24).

2. Teorias Ocidentais e princípios de universalidade

De forma resumida, faremos um apanhado das principais teorias para entender como foram criadas e quais conceitos foram construídos. Ainda que não exista um consenso entre os autores sobre qual é o conjunto principal das Teorias das Relações Internacionais, podemos destacar quatro grandes correntes teóricas conhecidas na área: o Idealismo, o Realismo, a Dependência e a Interdependência. Utilizaremos estas teorias para explicar como foram construídas, em que contexto histórico e quais grupos ou indivíduos foram seus criadores, para colocar em xeque a validade universal das mesmas.

O Idealismo tem como seu expoente principal um ex-presidente dos Estados Unidos, o político Woodrow Wilson, durante a Primeira Guerra Mundial. Seus 14 pontos tinham como meta a paz mundial entre as nações a partir de um viés liberal (Barnabé, 2009, p.5). Baseado em princípios kantianos, esta ideia abriu caminho para a criação da Liga das Nações (LN), ou Sociedade das Nações - uma organização internacional considerada a antecedente da ONU (Organização das Nações Unidas) -, que tinha como objetivo principal instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Deixou de funcionar em 1939 e foi oficialmente desativada em abril de 1946. O detalhe que não podemos deixar de lembrar é que os Estados Unidos nunca fizeram parte da Organização. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2019).

Os idealistas foram criticados por não explicarem as relações de poder entre os Estados, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que outras teorias ganham fôlego, como foi o caso do Realismo. O Realismo tem como um de seus expoentes o autor Hans Morgenthau, autor alemão que consolida a ideia de que o Estado é o principal ator do sistema internacional. O realismo representou uma reação ao idealismo, pois acusavam os idealistas de ver o mundo como deveria ser e não como ele é. Ademais, esta teoria consolidou-se como o paradigma clássico das Relações Internacionais. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.7). Em relação a essas duas teorias, o autor Israel Roberto Barnabé ressalta o caráter acríptico de ambas:

É importante atentar para o caráter acríptico dessas duas teorias no que concerne às desigualdades, assimetrias e injustiças que caracterizam as relações internacionais. Mais do que isso, cada uma a sua maneira busca justificar a realidade (dentro dos moldes capitalistas ocidentais) ao vestirem-se de objetividade e universalismo. A busca da ciência por princípios universais e posturas objetivas, às vezes tentando postular verdades absolutas, pode representar - no que tange às Ciências Humanas -

uma semelhança perigosa a dogmas religiosos. Perigosa porque tal caminho vai de encontro à própria razão de ser da ciência – a mutação constante do mundo e a dúvida cotidiana. (BARNABÉ, 2009, p.5-6).

Por conseguinte, temos a Teoria da Dependência que nasce em virtude dos limites apresentados pelas teorias idealista e realista, e começa um debate nos estudos da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) que traz o olhar da periferia para o estudo das relações internacionais. Esta teoria transformou as formas tradicionais de analisar as relações internacionais, principalmente a realista, em que predominava a lógica de conflito entre capitalistas e comunistas durante a Guerra Fria, onde os países buscariam alianças para garantirem sua segurança. A América Latina muda este eixo horizontal do conflito e o transforma em um eixo vertical no conflito Norte e Sul, pela primeira vez desnudando as assimetrias nas relações internacionais. (BARNABÉ, 2009, p.6).

Os teóricos da dependência contribuíram para a mudança no olhar científico das relações internacionais, a partir de conceitos como: centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, exploração, desigualdade, jogo de soma zero, etc. Além disso nos possibilitou considerar outros atores no sistema internacional: classes sociais, sindicatos, empresas multinacionais, entre outros.

Devemos ressaltar que quando encontramos autores que descartam o valor explicativo das interpretações que fizeram sucesso no Sul, como é o caso da Teoria da Dependência, do imperialismo e do colonialismo, na verdade buscam limpar a moral capitalista, colocando valores culturais do Ocidente nas teorias que divulgam. (CERVO, 2008, p.12). Assim, para o autor existe uma crise dentro da área de relações internacionais:

No estado em que se encontram, as teorias das relações internacionais são limitadas em sua capacidade explicativa, normativa e decisória, visto que pesquisadores recentes avançam na identificação de interesses, valores e padrões de conduta de múltipla procedência que inserem em sua interpretação de modo implícito ou explícito. Entre as nações, a diversidade desses três fatores prepondera. Tal constatação objetiva torna como que impossível qualquer teoria de alcance universal (CERVO, 2008, p.13).

Desta forma, entende-se que a globalização abriu espaço para o debate da interdependência dos países, que não era abordada na Teoria da Dependência. Por isso, a corrente da Teoria da Interdependência tornou-se atual, em que seus principais expoentes são Joseph Nye e Robert Keohane, ambos dos Estados Unidos. A maior contribuição de sua teoria para as Relações Internacionais é a ideia de cooperação, sem negar o caráter conflituoso e assimétrico das relações internacionais (BARNABÉ, 2009, p.7).

Como podemos observar, as principais teorias, exceto a Teoria da Dependência, são teorias elaboradas majoritariamente por autores homens, brancos, do hemisfério norte, que de uma forma ou outra utilizam conceitos e elaboram teorias a serviço de seus interesses, valores e padrões de conduta que evidenciam as velhas estruturas do capitalismo e que expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e, por isso, não possuem alcance explicativo global.

Devemos destacar que a crítica feita neste artigo refere-se à impossibilidade de criar uma teoria universal que possa abarcar e interpretar todas as realidades. Por essa razão, optamos por desenvolver conceitos elaborados por autores latino-americanos, pois estes quando aplicados às relações internacionais fazem jus à realidade, à *práxis* dos países. Inclusive porque, se optássemos por começar a desenvolver um teoria latino-americana universal, incorreríamos no mesmo erro que as teorias paradigmáticas das Relações Internacionais cometeram. Não queremos criar ou impor nenhuma teoria. Queremos, em vez disso, interpretar de forma fidedigna a nossa realidade latino-americana a partir de autores latino-americanos que devem ser resgatados.

3. Conceitos latino-americanos para as Relações Internacionais

Conscientes deste desafio, nossa proposta consiste em descartar essa pretensão universalista das teorias anteriormente expostas e assim poder expor conceitos latino-americanos que podem ser aplicados às relações internacionais proporcionando outras visões, análises, valores e padrões de conduta. Antes disso, devemos entender para que servem os conceitos e como estes possibilitam banir o imperialismo epistemológico das relações internacionais:

Duas são, em nosso entender, as utilidades de um conjunto de conceitos de matriz nacional ou regional: reavaliar o papel das teorias de relações internacionais e desvendar suas ciladas, por um lado; por outro, estabelecer a capacidade explicativa e valorativa de que são dotados e expor sua operacionalidade (CERVO, 2008, p.21).

Para os fins do presente trabalho e com o objetivo de recuperar o pensamento de autores e autoras que possuem conceitos importantes nevrálgicos para combater este imperialismo epistemológico, utilizaremos as ideias de José Martí, José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e uma autora mais atual Maria Lugones. Por razões didáticas, destacaremos, com grifos nossos, conceitos/contribuições centrais de cada um desses autores.

Começaremos, dessa forma, com José Martí, que escreveu “Nuestra América” em 1891, de “conteúdo anti-imperialista, latinoamericanista e democrático-popular”. (CASAS, 2007, p.132). Podemos apontar, desse texto, algumas ideias fundamentais que contribuem para a interpretação da realidade da América Latina.

O destaque inicial vai para a sua argumentação acerca da necessidade de superação de uma “**mentalidade aldeã**”. Segundo Martí (1983, p.194),

O aldeão vaidoso acha que o mundo inteiro é sua aldeia e desde que seja ele o prefeito, ou podendo se vingar do rival que lhe tirou a noiva, ou desde que mantenha os cofres cheios, acredita que é certa a ordem universal, ignorando os gigantes que possuem botas de sete léguas e que podem lhe pôr a bota em cima. (...) O que restar de aldeia na América deverá acordar. (...) Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedras.

É assim que o autor chama a atenção para o estrangeirismo que parecia endêmico nas elites e também em importantes segmentos dos povos latino-americanos. (CASAS, 2007, p.132). Esse estrangeirismo ocasiona, dentre outras coisas, na importação e aceitação de modelos de organização política externos à nossa realidade. Na visão de Martí (1983, p.196-197), o bom governante na América é aquele que conhece os elementos constituintes de seu país a fim de conduzi-los ao estado em que cada homem se conhece e cumpre sua função, tudo por meio de métodos e instituições nascidas do próprio país. Ou seja, o governo deve nascer do país, assim como a forma de governo deve concordar com a constituição própria do país.

Permanecer na condição de aldeia significaria, ainda, ignorar que todos os povos da América Latina são igualmente integrantes da “**Nossa América**”. É nesse sentido que Martí (1983, p.194) afirma que “os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer”. Fala, dessa maneira, sobre o reconhecimento da diversidade interna de cada um dos povos. Esse reconhecimento seria, então, o ponto de partida do “nosso” que, para o autor, é a realidade dos oprimidos na sua relação com os opressores, em um mundo marcado por antagonismos.

Sobre esses antagonismos, o autor apresenta esforços em superar a dicotomia entre “civilização” e “barbárie”. Assim, Martí (1983, p.196) ressalta que não existe batalha entre civilização e barbárie, mas sim entre a falsa erudição e a natureza. Surge, nesse momento, a conceituação de “**homem natural**”, que é aquele que pode até acatar a inteligência dita como “superior”, mas somente até o ponto em que esta não se vale de sua submissão para prejudicá-

lo. Se isso ocorrer, no entanto, o homem natural se veste de indignação e força para derrubar a “injustiça acumulada nos livros”.³

O “homem natural”, segundo Martí (1983, p.196), deve ceder lugar para o “**estadista natural**”. Este último tem a capacidade de governar o país conforme o conhecimento, que é o único modo de livrá-lo de tiranias. Além disso, é com ele que a “universidade europeia” cede lugar a “universidade americana”.

Com José Martí observamos a questão do desenvolvimento de um conhecimento próprio, das raízes de “Nossa América”. O autor demonstra a importância de criar, ao invés de simplesmente imitar. É por isso que defende a ideia de que “governante quer dizer criador” e que devemos entender “que se imita demais e que a salvação é criar”. (MARTÍ, 1891, p. 199)

Desde Martí, como aponta Casas (2007, p.138), a nação latino-americana é inseparável de uma nova consciência de identidade, firmada na história, e de uma nova exigência de racionalidade. Martí estabelecia a ligação entre o projeto nacional democrático e popular com o “latinoamericanismo” e o anti-imperialismo. O povo é entendido como agente do processo revolucionário, e o desenvolvimento de modelos políticos nacionais e democráticos deve fazer “causa comum” com os oprimidos.

Complementar à aposta “latinoamericanista” e anti-imperialista de Martí, José Carlos Mariátegui surge como um dos primeiros e mais importantes representantes do marxismo latino-americano. Ou seja, de um marxismo criador. Em 1928, publica o livro “Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana”, considerado como a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social da América Latina.

O autor indica, em sua obra, que a **revolução latino-americana** só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Como demonstra Casas (2007, p.184), Mariátegui não considerava o **anti-imperialismo** como um programa político em si mesmo; e derivava sua análise de uma leitura marxista, em que apenas a partir da construção do socialismo se poderia eliminar o imperialismo.

Socialismo, para Mariátegui, além de ser a única alternativa para escapar do subdesenvolvimento, deveria ser concebido como “**socialismo indo-americano**”. Isso significa dizer que uma de suas maiores contribuições diz respeito ao debate sobre o lugar

³ Casas (2007) identifica que, a partir do conceito de “homem natural”, Martí fala sobre o homem marginalizado, explorado, e que denuncia com sua cotidianidade os falsos princípios de unidade que impõem os dominadores.

necessário da comunidade indígena na trajetória de toda revolução socialista. Segundo Mariátegui (2008, p. 27)

A reivindicação indígena carece de concretização histórica, permanecendo em um nível filosófico ou cultural. Para adquiri-la - isto é, para adquirir realidade, corporalidade - precisa se transformar em uma reivindicação econômica e política. O socialismo nos ensinou a localizar o problema indígena em novos termos. Paramos de considerá-lo abstratamente como um problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como um problema social, econômico e político. Somente o movimento revolucionário de classe das massas indígenas exploradas será capaz de dar um significado real à libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política. (Tradução nossa)

Assim, o autor infere que a suposição de que a questão indígena é um problema étnico se nutre de um envelhecido repertório de ideias imperialistas. Repertório esse que construiu o conceito de raças inferiores e que serviu ao Ocidente na sua obra de expansão e conquista. Mariátegui (2008, p.42) não se contenta em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso. Reivindica, além disso, seu direito à terra.

A questão do **regionalismo** também é colocada, em Mariátegui (2008, p.152), em novos termos. De acordo com o autor, a partir do momento em que se admite a prioridade do debate do “problema do índio” e da “questão agrária”, se torna impossível considerar a questão do regionalismo ou, mais precisamente, da descentralização administrativa, a partir de pontos de vista não subordinados à necessidade de solucionar de maneira orgânica os dois primeiros problemas. Uma descentralização como reforma simplesmente política e administrativa não significaria, portanto, progresso em relação à solução dos problemas do índio e da terra.

O fim histórico de uma descentralização não é secessionista. (...). Descentraliza-se não para separar e dividir as regiões, mas para assegurar e aperfeiçoar sua unidade dentro de uma coexistência mais orgânica e menos coercitiva. Regionalismo não significa separatismo. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 172. Tradução nossa.)

Sendo assim, este regionalismo é, para Mariátegui (2008, p.172), uma expressão da consciência e do sentimento andino. Os “**novos regionalistas**” são, antes de tudo, indigenistas, que admitem como problema primário a questão do índio e da terra.

Podemos, nesse momento, estabelecer relação com outro autor. Victor Raúl Haya de la Torre, apesar de apresentar ideias que divergem das defendidas por Mariátegui, também observou com cuidado a questão indígena. É com ele que surge a terminologia “**Indo-América**”, onde o trabalhador é fundamentalmente indígena e a sua exploração possibilita pensar a unidade latino-americana. Dessa forma, também entende o “problema do índio” como econômico e social, e não como “racial”. A herança indígena seria capaz de unir todas as nossas repúblicas, constituindo, de fato, não a América Latina, mas a Indo-América.

O peruano Haya de la Torre promoveu a Alianza Popular Revolucionária Americana (APRA), partido nacionalista de caráter continental. Sua obra aborda temas até hoje essenciais para a região: os problemas causados pelas intervenções extra regionais, o papel do Estado no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos e a importância, para garantir uma inserção soberana no sistema internacional, da integração política e econômica. (FIGUEIREDO & PINTO, 2012, p.73)

Na obra “El Antiimperialismo y el APRA”, publicada em 1935, o autor define sua posição e a de seu partido na luta contra o imperialismo. Como indica Casas (2007, p.171), o **imperialismo** se constituiu, desde o ponto de vista de Haya de la Torre, como a primeira etapa do capitalismo na América Latina. Uma vez que esse capitalismo se uniu com o feudalismo, a liberação nacional se daria através de uma **revolução anti-imperialista e anti-feudal**.

Sua perspectiva sobre o **imperialismo** define que “os laços de cooperação entre as oligarquias nativas e o capital internacional seriam a expressão da conjura dos interesses minoritários contra o resto do povo, o que, entre outras coisas, impediria a formação de Estados nacionais realmente soberanos” (FIGUEIREDO & PINTO, 2012, p.74). Tendo isso em vista, estabelece como necessária a relação entre a conquista da soberania efetiva com a construção de um “**Estado Anti-imperialista**”, que tem como principal função a intermediação das relações do povo com o imperialismo, para a promoção da industrialização a partir de cima.

A construção desse Estado ocorrerá, na visão de Haya de la Torre, quando a região se unir, se integrar. A integração regional é entendida, portanto, não de maneira romântica, mas como fator econômico da luta do continente contra o imperialismo. Dificilmente os países, separadamente, teriam a força necessária para contrapor às pressões externas.

A nível continental, Haya avalia que a América Latina se configura como uma grande região proletária, com resquício feudal e primitivismo econômico; enquanto que os Estados Unidos se apresenta como a nação burguesa que tem como aliados de classe as elites governantes latino-americanas. A saída proposta pelo autor, como discutem Figueiredo & Pinto (2012, p.82), é a de constituir uma aliança entre operários e camponeses juntamente com as classes médias. Isso porque Haya considerava que o incipiente proletariado e as demais classes produtoras ainda não possuíam capacitação e consciência suficientes para gerir o Estado sem o auxílio das classes médias.

O fato é que, apesar de divergir quanto aos caminhos – principalmente quando suas ideias são comparadas com as de Mariátegui -, Haya também defendia o Socialismo como alternativa à subordinação econômica da região.

Além das ideias destes autores que são pouco utilizados para análises das relações internacionais, entendemos que é primordial evidenciar também conceitos latino-americanos sobre feminismo decolonial, pois abre caminhos para outras perspectivas sobre a teoria feminista nas Relações Internacionais.

Assim, temos a autora Maria Lugones, filósofa, crítica social e feminista argentina que propõe um **Feminismo de resistência**. Ao analisar a diferença colonial, em todos os seus âmbitos materiais, econômicos, políticos e culturais, a autora identifica que os escritos do Grupo Modernidade/Colonialidade ainda são conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero, pois configuram-se em uma perspectiva biológica. Esta é, portanto, uma das críticas de Lugones ao autor Aníbal Quijano (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.2).

Isto gerou a necessidade de construir um conceito de **colonialidade de gênero**, que para a autora envolve três aspectos: o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero. Isto significa que o gênero deve ser percebido como relacional e por esse motivo um modo de dominação, que é atravessado pela interseccionalidade. Ou seja, revela que é preciso combater não mais a colonização, mas a colonialidade de gênero que ainda persiste (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.5).

Lugones nos lembra que antes da chegada dos colonizadores nas Américas existiam outras formas de vida, outras formas de organização da sociedade, como é o caso das estruturas tribais que vivenciam modelos matriarcais, e não estruturas patriarcais e dicotômicas impostas pelos colonizadores (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.5).

Com isso, a reflexão que trazemos para a área das Relações Internacionais é de que precisamos descolonizar o saber e o ser para dar espaço para um feminismo decolonial. Isso significa poder escutar a voz dos não ditos, dos “não humanos” (mulheres, negras, indígenas, entre outras) e, por fim, dar voz a categorias que não foram representadas (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.3).

Ressaltamos que as abordagens e os conceitos feministas e de gênero em essência desafiam os postulados ontológicos e epistemológicos tradicionais em política internacional, principalmente no que tange a temas como poder, política e segurança.

Considerações finais

Este trabalho nos fez refletir diversas questões presentes na área de relações internacionais, desde a necessidade de elaborar conceitos próprios para analisar a realidade latino-americana até compreender como a ocidentalização deste campo dificulta a abertura para teorias e conceitos que partem de epistemologias diferentes. Ressaltamos que estas referências são essenciais para que possamos desconstruir conceitos antigos e assim poder formular novas cosmologias, a partir das vozes de autores latino-americanos.

A contribuição crucial destas abordagens refere-se à possibilidade de abrir caminhos para pensar o que e como se estudam as relações internacionais. Isto nos faz refletir que o silêncio dos acadêmicos de Relações Internacionais, sobre estes autores e seus conceitos, significa a convivência em reproduzir as relações de poder do Sistema Internacional, que invisibilizam o pensamento autônomo latino-americano e impõem nosso lugar no mundo dos saberes.

Por isso, acreditamos que como acadêmicos/as latino-americanos/as, temos o compromisso de questionar estas bases teóricas/epistêmicas a fim de construir um projeto emancipatório do conhecimento na área das Relações Internacionais.

Neste sentido, nosso objetivo foi poder tornar visível conceitos e autores que podem fazer grande diferença nas análises sobre o cenário internacional. Autores que oferecem visões enriquecedoras para o debate e transformam a forma de avaliar os eventos internacionais.

Sabemos que existem muitos outros autores latino-americanos que podem contribuir para a construção desse pensamento autônomo, que podem ser vistos e que proporcionariam novas visões das Relações Internacionais. Por isso é essencial abrir a possibilidade de dialogar com outras perspectivas que produzam a história a partir da visão do colonizado e não mais do colonizador. Precisamos construir mais epistemologias desde o Sul e para o Sul.

REFERÊNCIAS

BARNABÉ, I. R. (2009). **O Estudo das Relações Internacionais na América Latina: Teorias em xeque?** In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología.

CASAS, A. (2007). **Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo: Orígenes y tendencias hasta 1930.** (1a ed.). Bogotá: Ediciones Antropos.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Liga das Nações**. Recuperado em 27 junho, 2019, de <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>

CERVO, A. (2008). **Conceitos em Relações Internacionais**. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 8-25.

FIGUEIREDO, A. G. de B. & Pinto, L. F. S. (2012). **Pátria Grande, Indo-América: a integração da América Latina na obra de Haya de la Torre**. Cadernos PROLAM/USP, v. 1, p. 72-84.

GONÇALVES, J. S. & RIBEIRO, J. O. S. (2018). **Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones**. In: VII Seminário corpo, gênero e sexualidade. III Seminário Internacional corpo, gênero e sexualidade. III Luso-brasileiro Educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade. Rio Grande: Ed da FURG.

LANDER, Edgardo (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur.

MARIÁTEGUI, J. C. (2008). **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. (3a ed.). Caracas: Biblioteca Ayacucho.

MARTÍ, J. (1983). **Nossa América: Antologia**. (1a ed.). São Paulo: Editora Hucitec.

NOGUEIRA, J. P. & MESSARI, N. (2005). **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. (1a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

QUIJANO, Anibal (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur.

SANTOS, B. de S. (2009). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: Santos, B. de S. & Meneses, M. P. **Epistemologias do Sul**. (1a ed.). Coimbra: Livraria Almedina.